

ABRIL / 2018

INTERNACIONAL

EUROPA

Conforme a agência Eurostat, o crescimento econômico da zona do euro no primeiro trimestre de 2018 foi de 0,4%, em relação ao trimestre anterior, três décimos a menos que no primeiro trimestre de 2017. Na base anual o crescimento foi de 2,5%.

Já a taxa de desemprego em março, também conforme a Eurostat caiu permaneceu em 8,5%, depois de ter registrado 8,6% em janeiro. É o menor nível desde dezembro de 2008.

Com a desaceleração inesperada da inflação do consumidor para 1,2% na base anual, em abril, sendo que a meta é de 2%, a taxa básica de juros foi mantida em 0% ao ano pelo BCE, em sua reunião ainda no final de abril.

EUA

Conforme a primeira estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no primeiro trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 2,3%, mostrando desaceleração em relação ao trimestre anterior, com os gastos dos consumidores crescendo no ritmo mais fraco em quase cinco anos, mas compensado em parte pelos investimentos empresariais.

Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em abril foi de 164 mil novos postos, quando a expectativa era de 195 mil. A taxa de desemprego, que era de 4,1% em março e permaneceu nesse patamar por seis meses seguidos, recuou para 3,9% em abril. Já os salários subiram 0,15% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 2,6% em um ano.

Em relação à taxa básica de juros, o FED decidiu mantê-la no intervalo 1,5% e 1,75% ao ano, em reunião logo no início de maio, embora a inflação do consumidor em abril tenha sido de 0,2% ou 2,5% na base anual, já acima da meta de 2%.

ÁSIA

Na China, o PIB do primeiro trimestre de 2018 avançou 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que as estimativas indicavam uma alta de 6,7%. Conforme o principal órgão de decisão do Partido Comunista, a China fará todos os esforços para atingir as metas econômicas traçadas para este ano.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,74% a.a. no final de março, terminaram abril com rendimento de 2,93% a.a., o maior nível em quatro anos, ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,41% a.a. Os emitidos pelo governo

alemão, por sua vez, fecharam o mês de abril com rendimento de 0,56%. Paralelamente, no mês, o dólar se valorizou 1,99% perante o euro e 3,16% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram em abril um mês de recuperação. Enquanto a bolsa alemã (Dax) avançou 4,26% no mês, a inglesa subiu (FTSE 100) 6,42%, a do Japão (Nikkei 225) 6,19%, e a americana (S&P 500) 0,27%.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent atingiu as maiores cotações desde 2014 e subiu no mês de fevereiro 6,97%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, a economia brasileira teve em fevereiro alta de 0,09%, em comparação com o mês anterior. As expectativas, porém, apontavam uma expansão de 0,13% do IBC-Br.

Já em março, as vendas do varejo subiram 0,3%, quando era esperada uma queda de 0,5% e a produção industrial caiu 0,1%, quando se esperava uma alta de 0,6%.

Já a taxa de desemprego, que era de 12,6% no trimestre encerrado em fevereiro, avançou para 13,1% no trimestre encerrado em março, com 13,7 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.169,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 25,1 bilhões em março. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 108,4 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 379,5 bilhões (5,73% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 487,9 bilhões (7,37% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em março R\$ 4,98 trilhões (75,3% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em abril 0,22%, depois da alta de 0,09% em março.

Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,76% e no ano de 0,92%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,21% em abril e acumulou alta de 1,69% em doze meses e de 0,69% no ano.

JUROS

Lembramos que na reunião realizada no final de março, o Copom, por unanimidade, decidiu reduzir a taxa Selic de 6,75% para 6,50% aa, a décima segunda redução da taxa seguida. Na ata da reunião, o comitê sinalizou a probabilidade de um novo corte na reunião de 16 de maio e o fim do ciclo de redução da taxa Selic.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de abril cotada em R\$ 3,4805, com uma valorização de 4,71% no mês. Em março, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 798 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 8,3 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 6,5 bilhões em março e acumularam US\$ 64 bilhões em doze meses.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em abril de 2018 um superávit de US\$ 6,14 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 20,09 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de março acabou sendo o do IDkA 2A (IPCA) com alta de 0,82%, seguido do CDI com alta de 0,52% e do IRF-M1 com alta de 0,51%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a variação no mês foi de 0,88%, acumulando no ano alta de 12,71% e em doze meses de 31,67%. O índice encerrou abril em 86.115 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Com a inflação já evoluindo acima da meta de 2% fixada pelo FED e o mercado de trabalho bastante robusto, o dólar engatou continuada valorização frente às demais moedas e o rendimento dos títulos do tesouro americano de 10 anos se aproximou dos 3%, taxa que se rompida deverá ensejar patamares ainda maiores. O fato é que cresceu bastante a expectativa de que o FED promova novo aumento dos juros na sua reunião em junho e de que, com a valorização internacional do dólar, as economias dos países emergentes sofram impactos importantes, assim como visto na Argentina e Turquia, por exemplo.

MERCADO NACIONAL

No mercado local, embora a inflação tenha continuado nas mínimas históricas, a forte valorização do dólar parece querer continuar, sobretudo por fatores externos. Câmbio mais elevado em um país que importa cerca de 40% do que necessita, petróleo mais caro internacionalmente e a conta de luz com bandeira amarela em maio, são ingredientes que podem reverter o quadro benigno de inflação. No lado da atividade econômica, sem plano B para a economia, depois do não avanço da reforma da Previdência, o governo tem tocado apenas

poucas medidas que não dependem do Congresso. Dessa forma e com a grande indefinição no cenário político, com certeza momentos de alta volatilidade nos mercados, nos aguarda no futuro.

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, continuamos a recomendar uma exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total em 15%. E consideramos de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's uma alocação de 20%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passa a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica no próximo ano, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	15%
Gestão do Duration	10%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	25%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	20%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%